

O PAPEL DO NAPNE NO PROCESSO SOCIAL DE ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UM CAMPUS DO IFES

Silvani da Silva Wingler ¹

Resumo

Através deste estudo, objetivamos apresentar as ações desenvolvidas pelo Napne² voltadas à inclusão dos estudantes público da educação especial em um Campus do Ifes³. Na realização deste estudo, utilizamos como inspiração teórica a Sociologia Figuracional, elaborada pelo Sociólogo Alemão Norbert Elias pautado nos conceitos de figuração, interdependências e processos sociais. Para coleta de dados, utilizamos atas de reuniões, estudo de documentos e relatórios institucionais. Nossas principais constatações nos dão conta de que o Ifes, com base na legislação nacional, sobre educação especial, instituiu documentos norteadores de suas políticas educacionais as quais são executadas por uma comissão de servidores voluntários. A Comissão tem executado atividades como: promoção de eventos, visitas técnicas, acompanhamento aos discentes e docentes. No entanto, são necessários rompimentos de barreiras para uma efetivação dessas políticas: a barreira atitudinal e a financeira.

Palavras-chave: Educação Especial; Napne; Ifes.

THE ROLE OF NAPNE IN THE SOCIAL PROCESS OF PUBLIC STUDENTS OF SPECIAL EDUCATION IN AN IFES CAMPUS

Abstract

Through this study, we aim to present the actions developed by Napne aimed at the inclusion of students of special education in an Ifes Campus. In carrying out this study, we used as a theoretical inspiration Figurational Sociology, elaborated by the German Sociologist Norbert Elias based on the concepts of figuration, interdependencies and social processes. For data collection, we used minutes of meetings, study of documents and institutional reports. Our main findings show that Ifes, based on national legislation, on special education, has instituted documents that guide its educational policies, which are carried out by a committee of volunteer employees. The Commission has carried out activities such as: promotion of events, technical visits, monitoring of students and teachers. However, it is necessary to break barriers to put these policies into effect: the attitudinal and financial barriers.

Keywords: Special Education; Napne; Ifes.

¹Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) campus Cachoeiro de Itapemirim.

²Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

³Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.



1. Palavras iniciais

Sem dúvida, a transição para a integração da humanidade num plano global ainda se acha num estágio primitivo. Mas as formas primitivas de um novo ethos mundial e especialmente a ampliação da identificação entre pessoa e pessoa já são claramente discerníveis. Há muitos sinais da emergência de um novo sentimento global de responsabilidade pelo destino dos indivíduos desvalidos, independentemente do seu Estado ou tribo – em suma, de sua identidade grupal. As campanhas em prol do que hoje se entende por direitos humanos decerto extraem parte de seu ímpeto dos interesses políticos da luta entre as grandes potências. (ELIAS, 1994 p. 139).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, representam uma nova face da educação profissional e tecnológica brasileira, cujo objetivo era o de estabelecer uma relação direta com a educação básica do território onde estão inseridos. Sua criação, no momento em que a educação profissional e tecnológica completava seu centenário no Brasil, em 2009, causou um grande impacto sobre a transformação dos CEFETs, ETFs e EAFs, dado o seu caráter inovador e ousado, proporcionando a expansão da rede federal de educação.

Nessa direção, inferimos que até o ano de 2002, foram construídas 144 escolas técnicas no país. Com a expansão, entre 2003 e 2016, o MEC concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando, dessa forma, 644 *Campi* em funcionamento, distribuídos em 38 Institutos Federais, em todos os Estados brasileiros. (WINGLER, 2018).

Com base nessa premissa, constatamos que a expansão da rede federal de educação proporcionou oferta de educação profissional tecnológica em regiões do interior de forma a garantir, àqueles que não tinham condições de custear seus estudos em instituições privadas ou se deslocarem às regiões metropolitanas para ingresso em instituições públicas, o direito a darem continuidade aos estudos e a obterem uma formação gratuita e qualificada. (WINGLER, 2018). Sendo assim, é possível afirmar que, a partir da expansão da rede federal, demos um importante passo na concretização do processo educacional inclusivo previsto na legislação nacional como aqueles preceituados na Constituição Federal de 1988 – Cf/88 e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Brasileira de 1996 – LDB/96.

Sendo assim, junto ao aumento na oferta de vagas/cursos/modalidades de ensino, chega ao Ifes um público bastante diversificado no que se refere à raça, gênero, religião, condição social e física, proporcionando, dessa forma, a democratização da educação pública federal, através da expansão e interiorização do Ifes. (WINGLER, 2018).

Na realização deste estudo, utilizamos como inspiração teórica a Sociologia Figural, elaborada pelo Sociólogo Alemão Norbert Elias. Acreditamos que a teoria eliasiana nos embasa, tendo em vista que, para o autor, os indivíduos somente podem desenvolver-se e apropriar-se de saberes constituído de pensamento e linguagem em inter-relação. Vale destacar que os estudos eliasianos se pautam em mudanças sociais de longa duração, base na qual nos pautamos para analisar o trabalho do Napne no Ifes. Segundo Elias (1994), os sentimentos somente têm sentido nas inter-relações, ou seja, nas figurações sociais, nas quais a sociedade segue uma direção balizada por tensões específicas que delineiam a constituição das emoções.

Nessa direção, Elias (2000) nos chama a atenção sobre a necessidade de tratarmos as diferenças como um problema que precisa ser tratado no conjunto da sociedade, buscando o entendimento da relação de poder entre os envolvidos no processo social. Nessa confluência, entendemos o esforço que deve fazer o Napne, em conjunto com a comunidade escolar, para que o estudante com deficiência possa ingressar, permanecer e obter sucesso em sua formação profissional, tecnológica e cidadã.

3. Nosso estudo

No entanto, neste estudo, voltaremos nossas análises à pessoa com deficiência, mais precisamente à educação especial. Aqui apresentaremos as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – Napne voltadas ao atendimento a esse público com necessidades específicas ingressante na educação tecnológica de nível médio e superior. Portanto, neste estudo, objetivamos apresentar as ações desenvolvidas pelo Napne voltadas à inclusão desse público-alvo desde 2012, ano de sua criação, no esforço de garantir acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas ao longo dos 15 anos da trajetória de um *Campus* do Ifes.

Este estudo se constitui uma pesquisa qualitativa na qual a pesquisadora participa, compreende e interpreta (MICHEL, 2009), realizada por meio da pesquisa-ação pelo fato de nossa ação integrar parte da pesquisa. Ao longo dos quinze anos de existência desse campus do Ifes, atuamos como membro do Napne e na Gestão do Ensino ao qual o núcleo está submetido. Quanto ao método, utilizamo-nos do estudo de caso pelo fato de estudar um grupo de um campus específico do Ifes com o propósito de compreendê-lo no contexto em que está inserido (Michel, 2009).

Para coleta de dados, utilizamos de atas de reuniões, estudo de documentos e relatórios institucionais e legislação que envolve a temática educação especial.

4. Resultados e discussões

A autonomia relativa dos processos sociais baseia-se [...] no contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos singulares e de grupos humanos, assim como no curso da natureza não-humana. Dessa interdependência contínua resultam permanentemente transformações de longa duração na convivência social, que nenhum ser humano planejou e que decerto também ninguém antes previu. (ELIAS, 2006, p. 31).

A concretização da política de inclusão tem sido amparada, ao longo de seu percurso, em legislações (leis e ações) propostas na tentativa de atender àqueles (as), que por muitos anos, foram excluídos (as) na sociedade. Sendo assim, o movimento de inclusão escolar nos diferentes sistemas de ensino brasileiro foi fortalecido a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), através do reconhecimento do direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação.

Nesse contexto, a CF/88 através do artigo 3, Inciso IV, garante a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; o Artigo 205 garante o pleno desenvolvimento da pessoa (cidadania e trabalho); o Artigo 206 estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, garantindo, como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado.

No que tange à LDB/96, a legislação fixa a educação especial como modalidade de educação escolar assegurando ao aluno público da educação especial os serviços de apoio especializado (oferecido na escola regular) e atendimento educacional especializado (oferecido em classes, escolas ou serviços especializados). (BRASIL, 1996). Somando-se a isso, está o Artigo 59 que assegura aos alunos currículos, métodos, recursos e organizações específicas para atendimentos às necessidades.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes, a criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne foi prevista na Política de Assistência Estudantil (PAE) em 2011, conforme preceitua a Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, como um dos programas de apoio à pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculada nessa instituição.

Nesse contexto, no *Campus* pesquisado, o Napne foi implantado em 2012, pela Portaria do Conselho Superior nº 23/2012, através da qual foi instituída uma comissão com composição diversificada, admitindo representantes de toda comunidade escolar (docentes, técnicos administrativos, discentes, seus familiares e sociedade civil organizada), com o objetivo de desenvolver um trabalho multidisciplinar. (NOGUEIRA et. al, 2019).

Nessa direção, as ações de assistência estudantil, sugeridas pela política institucional, devem oferecer ao estudante condições equitativas de permanência e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno público da educação especial. Sendo assim, a primeira ação do Napne desse *Campus* se deu em 23 de fevereiro de 2012, data de sua 1ª ata de reunião.

Assim sendo, configurado em formato de comissão, o Napne surge como resultado da disponibilidade de seus membros como um trabalho voluntário, agregando às demandas cotidianas a responsabilidade e incumbência do acompanhamento aos estudantes com deficiência, matriculados seja na educação tecnológica de nível médio, seja no ensino superior. Esse contexto de mudanças nos remete aos pensamentos de Elias (1994, p. 45) quando nos traz que “[...]. Todas essas mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre história de uma sociedade, mas sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos”.

No entanto, os desafios não param por aí! A abrangência do atendimento aos estudantes público da educação especial implica um desafio complexo de demandas teóricas (estudo e oferta de formação), administrativas (elaboração/confecção de documentos), pedagógicas (apoio ao trabalho do professor e atendimento ao estudante) e materiais (instrumentos, tecnologias para utilização no trabalho com o estudante).

Tendo por base essa premissa, considerando que o *Campus* investigado está localizado em âmbito rural, tendo um cotidiano de três turnos de ensino, diversificadas modalidades, com aproximadamente 1.566 (um mil e quinhentos e sessenta e seis) estudantes matriculados (CRA-Ifes), a compreensão da inclusão do estudante com deficiência explicita-se quando, de fato, há o rompimento da chamada barreira atitudinal, num contexto de luta, vez que “[...] os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade.” (ELIAS, 1994, p. 8).

Desde sua implantação em 2005, o ingresso dos estudantes público da educação especial nesse *Campus* do Ifes sempre foi bem tímido, dado o acirrado processo seletivo. No entanto, a partir do ano de 2016, com a promulgação da Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência na rede federal de ensino, registramos crescimento considerável no ingresso de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino ofertados pelo *Campus*, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1 - Panorama dos Estudantes Acompanhados pelo Napne: evolução do quantitativo de matrícula

ESTUDANTES ACOMPANHADOS PELO NAPNE				
Nº	INGRESSO	CURSO	DEFICIÊNCIA	SITUAÇÃO EM 2020
01	2013-1	Técnico em Informática Concomitante/Subsequente	Surdez	Egresso
02	2014-1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	Baixa Visão	Cancelamento em 2016
06	2017-1	Sistemas de Informação	Surdez	Cursando
	2017-1	Engenharia Mecânica	TGD (Asperger)	Cursando
	2017-1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	TGD (Asperger)	Egresso
	2017-1	Licenciatura em Informática - EAD	Surdez	Trancamento de Matrícula
	2017-1	Sistemas de Informação	Deficiência Física	Cursando
	2017-1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	TGD (Asperger)	Cursando
05	2018-1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	TGD (Asperger)	Cursando
	2018-1	Licenciatura em Informática - EAD	Deficiência Física	Cursando
	2018-1	Engenharia Mecânica	Baixa Visão	Trancamento de Matrícula
	2018-1	Técnico em Informática Concomitante/Subsequente	Deficiência Física	Cursando
	2018-1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	Baixa Visão	Cursando
02	2018-2	Pós-Graduação	Baixa Audição	Trancamento de Matrícula
	2018-2	Pós-Graduação	Deficiência Física	Cursando
03	2019/1	Sistemas de Informação	Deficiência Auditiva	Cursando
	2019/1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	Baixa Visão	Cursando
	2019-1	Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	TGD (Asperger)	Cursando
04	2020/1	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Deficiência Física / Hidrocefalia	Cursando
	2020/1	Técnico em Informática Concomitante/Subsequente	Deficiência Física	Cursando
	2020/1	Sistema de Informação	Deficiência Física	Cursando
	2020/1	Sistema de Informação	Deficiência Física	Cursando
05	2020/2	Engenharia de Minas	Deficiência Auditiva	Cursando

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pelo Napne, Coordenadoria de Gestão Pedagógica e Coordenadoria de Registro Acadêmico.

A partir dos dados evidenciados, podemos inferir que, com a implantação da lei de cotas, houve aumento considerável no ingresso de estudantes com deficiência na rede federal, o que não foi diferente no *Campus* em estudo. Em adição ao crescimento no número de matrículas, constata-se o aumento no número de demandas advindas das especificidades apresentadas pelos estudantes. Com isso, também aumentam os desafios, a luta pelo rompimento de todas as barreiras que envolvem a educação especial, às quais chamamos de atitudinais, arquitetônicas, de acessibilidade, comunicacionais, pedagógicas e financeiras.

Atualmente, muitos ainda são os desafios, mas o Napne, em constante diálogo com a equipe gestora (diretorias e coordenadorias de cursos), com as famílias, com a comunidade escolar tem conseguido superar as barreiras postas no percurso desses estudantes nesse processo social de busca por uma formação cidadã para o mundo do trabalho. Processo esse, embasado nos pressupostos eliasianos, quando nos traz que

[...] os homens têm condições de saber que sabem; são capazes de pensar sobre seu próprio pensamento e de se observar observando [...] podem galgar mais um degrau e se conscientizar de si como sabendo que estão conscientes de si ao saber [...] são capazes de galgar a escada espiralada da consciência, partindo de um patamar dotado de uma visão específica para um patamar superior, também com sua visão, e capazes, olhando para baixo, de se ver postados, ao mesmo tempo, em outros níveis da escadaria [...] Até onde se pode subir ou descer essa escada depende não apenas do talento, da estrutura de personalidade ou da inteligência das pessoas individualmente consideradas, mas do estado de desenvolvimento e da situação global da sociedade a que elas pertencem. (ELIAS, 1994, p. 89).

Assim, nessa trajetória de inclusão, o Napne segue seu trabalho enfrentando desafios na busca por sua consolidação em âmbito institucional como um setor de trabalho, composto por especialistas e tecnologias para a realização das atividades como inerentes à sua função e prioridade, pois é preciso tirar o trabalho com a educação especial do patamar de “apagar incêndio” dentro da instituição e transformá-lo numa política efetiva de forma a proporcionar aos sujeitos envolvidos em sua efetivação, num completo bem-estar na realização de ações, proporcionando-lhes estudo, conhecimento, debate e muita ação.

Portanto, em acompanhamento à legislação nacional, no ano de 2017, o Ifes estabelece as diretrizes operacionais para atendimento das pessoas com necessidades específicas (PNE) através da Resolução do Conselho Superior nº 34/2017, que define concretamente o conceito de necessidade educacional específica; seu público-alvo e sua caracterização; as formas de identificação e atendimento desse público; e, a Resolução do Conselho Superior nº 55/2017, que estabelece os elementos procedimentais para operacionalizar a

identificação, o acompanhamento e a certificação dos estudantes com necessidades especiais (NE), ou seja, “o como fazer” a rotina do atendimento ao estudante com deficiência. Nessa direção, Elias (1994) nos reforça a importância de oferecimento de acessibilidade aos estudantes com deficiência quando nos afirma que

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena [...] se transforma num ser mais complexo [...] na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada [...] se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida [...] Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semisselvagem [...] Tudo isso depende da estrutura do grupo em que ela cresce, e por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ela acarreta [...] Cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte. (ELIAS, 1994, p. 27).

Em adição ao trabalho de acompanhamento aos estudantes com deficiência junto aos setores da instituição, o Napne também realiza ações na tentativa de contribuir com o processo de inclusão dos estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação. Exemplo disso, em 2019, após sete anos de implantação no *Campus*, depois de muitos esforços, o Napne conquistou um espaço físico reservado às atividades da comissão e aos atendimentos aos estudantes através de intérpretes, professor de AEE (temporário), professores das disciplinas e monitores voluntários. Essa conquista fortaleceu o trabalho que o núcleo vem desenvolvendo, desde sua implantação, conforme podemos constatar no quadro a seguir:

Quadro 2 - Histórico das Ações Desenvolvidas e Composição do Napne.

ANO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO
2012	<ul style="list-style-type: none">• Solicitação de contratação de tradutor e intérprete de libras;• Vistoria de Acessibilidade no campus;• Termo de referência para aquisição de Plataforma Elevatória;• Elaboração de calendário de reuniões;• Confecção do Plano de Ação do Napne;• I Seminário Interno de Capacitação em Educação Inclusiva e Acessibilidade	<p>Auxiliar em Enfermagem (Presidente) Técnico em Enfermagem Assistente Social Professor (Gerente de Ensino) Professora Professor Assistente em Administração Professora Substituta Pedagoga Técnica em Assuntos Educacionais Psicólogo</p>

2013	<ul style="list-style-type: none"> • II Seminário de Educação Inclusiva e Acessibilidade; • Relatório de gestão; • Solicitação de Tradutor e Intérprete de Libras; • Solicitação de estagiário; • Acompanhamento ao estudante surdo matriculado no curso Técnico em Informática; • Formação básica em Libras para servidores (FIC); 	<p>Psicólogo (Presidente) Técnica em Enfermagem Assistente Social Professor (Gerente de Ensino) Professora Assistente em Administração Professora Substituta Auxiliar em Enfermagem Auxiliar em Administração Bibliotecária Técnica em Assuntos Educacionais Professora</p>
2014	<ul style="list-style-type: none"> • III Seminário de educação inclusiva e Acessibilidade; • Participação no fórum dos Napnes - Fonapne; • Oferta de Formação de Libras básica aos servidores; • Acompanhamento aos estudantes; • Orientação aos professores. 	<p>Psicólogo (Presidente) Técnica em Enfermagem Assistente Social Professor (Gerente de Ensino) Professora Assistente em Administração Professora Substituta Auxiliar em Enfermagem Auxiliar em Administração Bibliotecária Técnica em Assuntos Educacionais Professora</p>
2015	<ul style="list-style-type: none"> • IV Seminário de educação inclusiva e Acessibilidade; • Participação no fórum dos Napnes - Fonapne; • Participação no I Seminário de educação Especial no Ifes campus Cariacica; 	<p>Pedagogo (Coordenador) Auxiliar em Enfermagem (Coordenador Adjunto) Professora Substituta Assistente em Administração Assistente em Administração Pedagoga Assistente em Administração Assistente de Aluno Assistente em Administração Professor Professor Técnica em Laboratório Psicólogo Pedagoga Professor</p>
2016	<ul style="list-style-type: none"> • V Seminário de Educação Inclusiva e Acessibilidade – Semeia; • Parceria com outras instituições (FAPES) e outros campi do Ifes; • Atendimento aos estudantes; • Questionário – Projeto Ifes Acessível. 	<p>Tradutor e Intérprete de Libras (Coordenador) Pedagoga (Coordenadora Adjunta) Assistente em Administração Pedagogo Auxiliar em Enfermagem Pedagoga Assistente de Aluno Assistente Social Professor</p>

		<p>Auxiliar de Biblioteca Professor Técnica em Laboratório Psicólogo Professor</p>
2017	<ul style="list-style-type: none"> • VI Seminário de Educação Inclusiva e Acessibilidade – Semeia; • Visita ao Napne Campus Serra; • Visita ao Centro de Atendimento ao Surdo de Vitória – CAS; • Oficina Pedagógica “Aprendendo sobre Libras”; • Oferta do Curso de Extensão “Educação Especial: Práticas Pedagógicas e Metodologias de Ensino para Alunos com Necessidades Educacionais Específicas”. • Participação no fórum dos Napnes – Fonapne. 	<p>Tradutor e Intérprete de Libras (Coordenador) Pedagoga (Coordenadora Adjunta) Técnica em Laboratório (Secretária) Assistente em Administração Assistente em Administração Professora Assistente em Administração Técnico em Enfermagem Pedagogo Assistente em Administração</p>
2018	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no fórum dos Napnes – Fonapne; • Participação no III Encontro dos Napnes; • Semana de Educação para a Vida; • Setembro Amarelo; • Semana de Ciência e Tecnologia – Jacitec; • Finalização do Curso Educação Especial “Educação Especial: Práticas Pedagógicas e Metodologias de Ensino para Alunos com Necessidades Educacionais Específicas”; • Plataforma Elevatória: termo de Adesão; • Seleção de Intérprete para atendimento a estudante da Licenciatura em Informática – EAD; • Publicação de Artigo Científico na Revista Aleph (UFF) 	<p>Técnica em Assuntos Educacionais (Coordenadora) Pedagoga (Coordenadora Adjunta) Técnica em Laboratório (Secretária) Assistente em Administração Assistente em Administração Professor (Diretor de Ensino) Técnico em Enfermagem Professor Pedagogo Professor Professora Substituta Tradutor e Intérprete de Libras</p>
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no II Colóquio Capixaba de Educação; • Dados para o Educasenso; • Seleção de Monitores voluntários; • VII Seminário de Educação Inclusiva e Acessibilidade – Semeia; • Atendimento aos estudantes; 	<p>Pedagoga (Coordenadora) Técnica em Assuntos Educacionais (Coordenadora Adjunta) Assistente em administração (Secretária) Professora Técnico em Enfermagem Professor</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto – Piso Tátil; • Atendimento a família de estudante com deficiência intelectual no ensino superior; • Participação no evento “Contrata Ifes”; • Visita ao Napne do Campus de Alegre. 	<p>Professora Pedagogo Assistente em Administração Professora Professor Pedagoga Assistente em Administração Técnica em Assuntos Educacionais Bibliotecária Técnico em Enfermagem Professor Técnica em Laboratório Psicólogo</p>
2020	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento aos estudantes já acompanhados; • Atendimento Inicial aos estudantes matriculados no corrente ano; • Planejamento do VIII Seminário de Educação Inclusiva e Acessibilidade – Semeia; • Participação no Fórum dos Napnes – Fonapne; • Atendimento a família de estudante com deficiência intelectual no ensino superior. 	<p>Técnico em Enfermagem (Coordenador) Técnico em Enfermagem (Coordenador Adjunto) Assistente em Administração (Secretária) Professora Professor Professor Professor Professora Professor Pedagoga Professor Técnica em Laboratório Pedagoga Psicólogo</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos de documentos do Napne em Servidor de Arquivo Marte.

Os dados evidenciados nos mostram que, ao longo desses oito anos, a Comissão do Napne foi composta por diversificado número de componentes sendo que, muitos foram os servidores que deram suas contribuições, ocupantes de diversificados cargos/funções.

Se numa ótica positiva, esses fatos demonstram positividade no que tange à disponibilidade de esses servidores se dedicarem também ao trabalho com a educação especial no *Campus*, por uma visão negativa, o fato demonstra uma total descontinuidade do trabalho realizado, dessa forma, demonstrando, ainda, como a educação especial é tratada de forma secundária na instituição, na balança de poder da distribuição das políticas educacionais no âmbito do Instituto Federal.

Nessa direção, entendemos que as legislações nacional e institucional orientam as políticas educacionais voltadas à educação especial, no entanto, para efetivação dessas políticas, são necessários os rompimentos de duas barreiras: a atitudinal, de forma que a gestão institucional coloque as demandas

acerca da educação especial no mesmo patamar das demais já instituídas e a barreira financeira, de forma a atender às especificidades que essa modalidade de ensino demanda.

Todo esse processo por que passa a educação especial no âmbito desse *Campus* do Ifes no remete ao trazido por Elias (2006) quando em seus estudos, sobre a transição da tecnização de veículos terrestres do período experimental para o da consolidação e produção em massa, assinala essas fases como processos de aprendizagem. Da mesma forma que, quando o automóvel chegou, as pessoas tiveram que lidar com todo o tipo de experiências novas, fazemos uma analogia ao processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação tecnológica de nível médio e superior, na qual precisamos romper a fase de implementação da legislação e passarmos para a fase de efetivação dessas políticas contidas nos documentos.

Assim, nessa analogia de processos sociais tão diferentes (tecnização dos transportes e educação especial) aprendemos com Elias (2006, p. 42) que “[...] O mais relevante, do ponto de vista sociológico, é o fato de que a experimentação tecnológica normalmente anda lado a lado, desde muito cedo, com experiências relacionadas à organização social”. Essa premissa se reafirma nas palavras de Elias (2006, p. 47) quando nos traz que “[...] O processo civilizador compreende *seres humanos* civilizando *seres humanos*”.

Portanto, entendemos que a legislação avançou, provocou avanços, trouxe à tona uma demanda ignorada por anos. Mas é preciso avançar. A efetivação dessas políticas demanda orçamento cujos recursos têm sido negados pelo comando político que rege o Brasil atualmente. Dessa forma, concordamos e nos inspiramos nos preceitos trazidos por Elias (2006) quando diz que “[...] O avanço da tecnização reduziu as distâncias, mas o desenvolvimento do *habitus* humano não segue o mesmo ritmo”.

5. Considerações finais

Os indivíduos vivem um grande processo de aprendizagem coletivo. Não sabemos aonde o gênero humano será levado. Só podemos ter certeza absoluta de que a humanidade de amanhã será bem diferente, em muitos aspectos, da humanidade de hoje. Realmente gostaria de fazer com que as pessoas entendessem isso [...]. As dificuldades que as pessoas parecem ter, quando pedimos para perceberem o mundo [...] como processo em curso, estão provavelmente relacionadas à relutância em imaginarem a si mesmas como precursoras de um futuro ignorado e, em parte, impensável [...] vale a pena e faz sentido nos prepararmos para trabalhar num mundo inacabado, que se estenderá para além de nós. (ELIAS, 2006, p. 66 e 67).

Através deste estudo, procuramos apresentar o percurso do trabalho realizado pelo Napne de um *Campus* do Ifes, bem como seu funcionamento ao longo desses oito anos e constatamos seu importante papel no que se refere ao processo de democratização do ensino na rede federal de educação. No entanto,

sabemos o quanto ainda precisamos avançar em termos de financiamento da educação especial: investimento em âmbito arquitetônico, de pessoal, de formação, em tecnologias.

As mudanças na legislação nacional e institucional trouxeram um importante avanço nas políticas educacionais de atendimento à pessoa com deficiência. Através dessas mudanças, tem se trabalhado o rompimento das barreiras por que passam esses estudantes para serem inseridos no mundo educacional e posteriormente no mundo do trabalho ou à continuidade aos estudos. Dentre as mudanças, destacamos a reserva de vagas no âmbito da rede federal, que proporcionou aumento significativo no acesso dos estudantes com deficiência à educação tecnológica de nível médio e superior.

O fazer para as práticas inclusivas está sendo escrito, mas não é suficiente, uma vez que as especificidades mudam de estudante para estudante. Portanto, é necessário o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, viabilizando condições de acesso, permanência e saída com sucesso em seus cursos. Assim, valemo-nos de uma equipe multidisciplinar para pensar e executar a educação especial neste Campus do Ifes.

Elias (2006) bem nos esclarece que, na tentativa de nos civilizarmos, é importante destacar que os processos sociais não são planejados, são inacabados, compostos de avanços e recuos, de longa duração; são compreendidos de *seres humanos* civilizando *seres humanos*. Concordamos com o autor ao analisarmos a trajetória do Napne na composição do todo deste *Campus* do Ifes. A comissão vai se modificando, cada servidor dando sua contribuição em um dado período; estudantes vão chegando cada qual com suas especificidades; mudam-se os hábitos, ações. E, são esses movimentos interdependentes que constroem o lugar de cada um, que ao final, formamos uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016.
Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicas de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm
Acesso em: 05 maio 2019.



ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio**s. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

IFES. **Resolução do Conselho Superior n.º 19, de 09 de maio de 2011**.

Disponível em:

https://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2011/A_nexo_I_RES_CS_19_2011_Politica%20Assistencia%20Estudantil.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020

IFES, Instituto Federal de Educação do Espírito Santo. **Portaria nº 23 de 17 de fevereiro de 2012**. Disponível em:

<https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJIL2JvbGV0aW0vQ2FtCHVzIC0gQ2FjaG9laXJvL0RHLzIwMTIvMDIvUG9ydGFyaWEgREcgLSBDYW1wdXMgQ2FjaG9laXJvIG7CuiAwMjMuMjAxMiAtIERlc2lnbmEgQ29taXNzw6NvIGRvIE5BUE5FLnBkZg==&inline>. Acesso em: 20 maio 2020.

IFES, Instituto Federal de Educação do Espírito Santo. **Resolução do Conselho Superior nº 55 de 19 de dezembro de 2017**. Disponível em:

https://ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_55_2017__Institui_procedimentos_de_identifica%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_certifica%C3%A7%C3%A3o_de_alunos_com_Necessidades_Espec%C3%ADficas_-_Alterada_Res_19_2018.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

IFES, Instituto Federal de Educação do Espírito Santo. **Resolução do Conselho Superior nº 34 de 09 de outubro de 2017**.

Disponível em:

https://www.ifes.edu.br/images/stories/publicacoes/conselhoscomissoes/conselhosuperior/2017/Res_CS_34_2017__Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

NOGUEIRA, Edilson Marcolino; MARCHESANO, Lauren Souza do Nascimento; WINGLER, Silvani da Silva; BERNARDES, Vanessa Araújo; SILVA, Thaís Leal da Cruz. A educação Especial no Ensino Superior: Contexto e Desafio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). In: **Revista Aleph**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39685/23143>. Acesso em: 01 jun. 2020.

WINGLER, Silvani da Silva. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: análise de processos sociais de egressos do ensino superior. Vitória-ES: PPGE/Ufes, 2018. Disponível em:



http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10150/1/tese_12433 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20SILVANI%20DA%20SILVA%20WINGLER%20TURMA%2030.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

Recebido em: 02 de março de 2021.

Aceito em: 10 de maio de 2021.

Publicado em: 30 de junho de 2021.

